

Quem não é visto, não é lembrado: notas sobre apagamento e rasuras

Out of sight, out of mind: notes on erasure and blurs

Julia Bardi¹

Universidade Estadual de Campinas – Unicamp
Campinas, SP, 13083-859, Brasil

Resumo: Este ensaio apresenta algumas considerações sobre a produção da memória no contexto da colonialidade, pensando os limites do arquivo colonial, possibilidades de expansão deste arquivo em atos de memória, e a relação da educação com todo esse processo. Considero a memória elemento fundante das subjetividades, capaz de localizar e posicionar os sujeitos em relação ao mundo, aos Outros e à própria história. Desde uma reflexão sobre representação no currículo, amplio a discussão realizada em minha dissertação, considerando os temas da memória, da representação e do arquivo na relação com a produção do currículo. São apresentadas as ideias de fabulação crítica e de rasura, como modos de resistência às tentativas coloniais de apagamento e caminhos de expansão do arquivo colonial, de forma a produzir e permitir outras memórias. Tal ampliação do arquivo atua diretamente nas possibilidades de representação, o que é fundamental para a produção do currículo.

Palavras-chave: Educação; memória; decolonialidade; currículo.

Abstract: This essay presents some considerations on the production of memory in the context of coloniality, considering the limits of the colonial archive, the possibilities for expanding this archive through acts of memory, and the relationship of education to this entire process. I consider memory a founding element of subjectivities, capable of locating and positioning subjects in relation to the world, Others, and history itself. From a reflection on representation in the curriculum, I expand the discussion presented in my dissertation, considering the themes of memory, representation, and the archive in relation to curriculum production. I present the ideas of critical fabulation and erasure as forms of resistance to colonial attempts at erasure and as paths for expanding the colonial archive, thus producing and enabling other memories. This expansion of the archive directly impacts the possibilities of representation, which is fundamental to curriculum production.

Keywords: Education; memory; decoloniality; curriculum.

¹ Mestra em Educação pela Unicamp, participa do coletivo de mulheres artistas-ativistas Diálogos Anônimos. É professora alfabetizadora na rede municipal de Belo Horizonte e membro do Grupo PHALA: Educação, Linguagem e Práticas Culturais (FE/Unicamp). ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-1624-7900>. E-mail: julia.bardi@gmail.com



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268838, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268838>

1. Introdução

(...) nós, também, não falávamos mais nele. Só se pensava. Não, de nosso pai não se podia ter esquecimento; e, se, por um pouco, a gente fazia que esquecia, era só pra se despertar de novo, de repente, com a memória, no passo de outros sobressaltos.

Guimarães Rosa - A Terceira Margem do Rio

Este ensaio apresenta algumas considerações sobre a produção da memória no contexto da colonialidade, os limites do arquivo colonial, possibilidades de expansão deste arquivo em atos de memória, e a relação da educação com todo esse processo. Parto do entendimento da memória como elemento fundante das subjetividades, capaz de localizar e posicionar os sujeitos em relação ao mundo, aos Outros e à própria história. A palavra *recordar*, vem do latim *recordare*, termo que tem o sentido de retorno ou repetição (re) ao coração (cordis), ou seja, recordar é trazer novamente ao coração. É fazer viva e pulsante uma experiência passada, uma sensação experimentada. Assim, o apagamento colonial das memórias cria fissuras entre o que se vive e o que se sente, lacunas que podem fazer com que pessoas e povos percam em seus caminhos.

Aimé Césaire (1995), em seu Discurso sobre o Colonialismo aponta para o fato de que uma civilização que não é capaz de resolver os problemas que cria é uma civilização fracassada. Para Walter Mignolo (2017), a modernidade europeia, produziu, como sua amálgama, a colonialidade. Ou seja, a era moderna não existiria se não fosse pelo suporte da colonialidade. E a colonialidade cria inúmeros problemas, culminando na impossibilidade de existência de qualquer Outro. Sob o discurso de civilização e progresso, a colonialidade extinguiu modos de vida, ambientes, seres humanos e não-humanos, experiências e, mais especialmente para nossos propósitos aqui, a colonialidade extinguiu memórias. Como diz Césaire, “da colonização à civilização, a distância é infinita.” (Césaire, 2020, p.11)

Este texto parte de pontos de minha dissertação de mestrado - “No corte do facão: confabulações decoloniais em educação menor” (2024) - realizada na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (FE/Unicamp), uma pesquisa narrativa que *sentipensa* (Fals



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268838, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268838>

Borda, 2009) educação e currículo, em conversas com educadoras/es escolares e não escolares. O trabalho busca traçar rotas de fuga em um contexto educacional atravessado pela racionalidade neoliberal, que promove grande desigualdade no acesso à educação, nas representações e histórias que são contadas, nos tipos de saber que são valorizados, e nas próprias pessoas que podem saber... Aqui, a partir da reflexão de um dos participantes da pesquisa, sobre representação no currículo, amplio a discussão realizada na dissertação, considerando os temas da memória, da representação e do arquivo.

Neste ensaio, a discussão está organizada em quatro subseções. A primeira, *colonialidade e apagamento* trata dos processos de colonização e de como o apagamento da memória do Outro é um mecanismo colonial de dominação; a próxima sessão, *limites do arquivo colonial*, discorre sobre o achatamento do que a colonialidade assume como fonte documental e a limitação do arquivo produzido por estas operações; a sessão seguinte, *a potência de recordar: fabulação crítica e rasura como atos de memória*, trata das propostas de Saidiya Hartman, de fabulação crítica, e de raquel lima, da produção de rasuras, como formas de resistência ao apagamento colonial; e, por fim, a sessão *currículos, memórias e representação*, leva toda essa discussão para o contexto da educação: como isso tudo se relaciona com o currículo escolar? Ao final, algumas considerações sobre representação e memória.

2. Metodologia

No que tange à metodologia da pesquisa, a opção foi por uma pesquisa narrativa, a partir do entendimento de que contar a própria história pode ter efeitos decoloniais, já que cada um aparece nas histórias que conta (Bardi, 2025). Além disso, partindo da ideia de fazer um caminho coerente com a posição decolonial, um desenho metodológico apriorístico, não se mostrava adequado, melhor seria algo como uma *conversa*, que conduz à “caminhos não previstos e desafia um modelo de ciência que acredita que o rigor está na previsão e no controle dos dados” (Souza; Gurgel; Andrade, 2019, p.3). Como disse uma participante do trabalho, a decolonialidade abre oportunidade para outras coisas surgirem mas, para isso, a gente precisa *abrir trilhas com nosso facão*. O que guiou as trilhas da pesquisa, os atalhos e os desvios, foram as narrativas das/os participantes. Foram essas



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268838, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268838>

narrativas que estruturaram o texto e mobilizaram as contribuições dos autores trazidos no debate. A construção de uma pesquisa desde uma posição decolonial, em termos teóricos e metodológicos, requer um movimento deliberado de se aventurar por caminhos que não são dados previamente, mas construídos no próprio percurso. Para este ensaio, novas leituras foram agregadas à pesquisa original, trazendo outras perspectivas para a discussão sobre os temas da memória, representação e arquivo.

Inês de Bragança (2018) registra o percurso das pesquisas narrativas na educação e aponta o início no campo da formação de adultos, acompanhado pelo segmento da formação de professores. No Brasil, estas experiências tomaram mais corpo nas décadas de 1980, 1990 e 2000, quando o professor, com suas experiências e narrativas, foi levado para o centro do processo de produção de conhecimento. O movimento de narrar pode formar e transformar narrador e pesquisador, e é por isso que, de acordo com Bragança, a pesquisa é sempre uma *pesquisaformação*, edificada na sinergia entre narradores e narração, pesquisa e formação, que se retroalimentam.

O trabalho de Simas, Prado e Segovia (2019) também reconhece na narrativa a possibilidade de formar-transformar o educador-narrador. Através da narração reflexiva - que elabora, revisita e avalia o cotidiano escolar -, a potência de formação e transformação revela-se bastante presente. Para os autores, o fato de uma experiência passar a alguém não garante um aprendizado, é preciso que ocorra o movimento de narração reflexiva do que foi experienciado para que o aprendizado tome corpo.

3. Resultados e discussão

3.1 Colonialidade e Apagamento

Aimé Césaire (1955), em seu Discurso sobre o Colonialismo aponta para o fato de que uma civilização que não é capaz de resolver os problemas que cria é uma civilização fracassada. A modernidade europeia, segundo a tese de Walter Mignolo (2017), produz, como seu duplo, a colonialidade. A era moderna não teria existido não fosse pela sustentação da colonialidade. E a colonialidade cria inúmeros problemas, culminando na impossibilidade de existência de qualquer



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268838, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268838>

Outro. Sob o discurso de civilização e progresso, a colonialidade extinguiu modos de vida, ambientes, seres humanos e não-humanos, experiências e memórias. Como diz Césaire, “da colonização à civilização, a distância é infinita.” (Césaire, 2020, p.11)

A colonialidade é uma lógica que estrutura as relações entre os povos, e dos povos com os territórios, desde o século XV. Apoiada em valores como o capitalismo e o liberalismo, o racismo, o patriarcado e o monoteísmo, a colonialidade hierarquiza os povos em um sistema no qual a Europa é modelo e meta para todos os outros. A partir disso, Ramón Grosfoguel (2012) fala em um “sistema-mundo ocidentalizado/cristianocêntrico moderno/colonial capitalista/patriarcal”, ressaltando o caráter sistêmico da colonialidade. A raça e o racismo são noções centrais no projeto colonial, instrumentalizadas para garantir o domínio e a exploração dos corpos, do trabalho, dos saberes e das tecnologias dos povos subjugados pela colonização.

Os processos de descolonização iniciados no século XVIII nas Américas não tiraram as colônias automaticamente da posição de subalternização, pois como formula Nelson Maldonado-Torres (2019) colonialidade é diferente de colonialismo: *colonialismo* refere-se ao processo histórico de formação dos territórios das colônias e *colonialidade* descreve a forma de organização do sistema-mundo que nasce imbricada com a modernidade e desumaniza alguns povos e civilizações a fim de explorá-los. Desde essas conceituações, depreende-se que descolonização e descolonialidade não se referem ao mesmo movimento.

As imagens contemporâneas da Europa moderna e de seu processo de “descobrimento” e conquista da América (ou “encobrimento”, como formula Enrique Dussel), foram apagando verdades e construindo mitos, que conformam as histórias e as identidades dos povos colonizados. A artista contemporânea Jéssica Lemos narra a corrosão de um tipo de memória pela colonialidade. Na obra Apagamentos (2021), a artista expõe uma série de seis quadros nos quais uma mesma cena de trabalho é representada (mulheres em uma casa de farinha descascando e trabalhando a mandioca) e, de uma foto para a outra, há uma corrosão em parte da imagem, de forma que a cena torna-se irreconhecível no último quadro.

Figura 1 – Apagamento, Jéssica Lemos (2021)



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268838, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268838>



Fonte: arquivo pessoal (2025).

O trabalho de Jéssica ressalta a importância do cuidado com a memória na resistência contra os apagamentos. A palavra recordar, em sua etimologia, tem o sentido de algo conectado ao coração. A memória é o que pulsa em nós, nos localizando em nossas histórias. O apagamento colonial das memórias cria lacunas que podem levar as pessoas e povos a se perderem em seus caminhos. É o que relata a ensaísta e poeta Dionne Brand (2001) no livro “Um mapa para a porta do não retorno: notas sobre pertencimento”. Brand, que nasceu em Trinidad y Tobago e atualmente vive no Canadá, reflete em seu trabalho sobre a experiência da diáspora e os efeitos da colonialidade. Numa das passagens desse livro, ela conta que sua família (como outras da ilha em que vivia na infância) tinha o hábito de ouvir à rádio inglesa BBC. Brand reflete sobre como o imaginário colonial sobre as ilhas - retratadas na literatura e no cinema como lugares inabitados “a não ser por monstros e espíritos” - produz os habitantes desses lugares como seres exóticos ou “figuras místicas”, como ela diz.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268838, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268838>

A lembrança de Brand sublinha uma relação fundamental entre a memória e a possibilidade de representação

Maurice Halbwachs, ao tratar das estruturas organizacionais que moldam a memória e a forma como recordamos eventos e experiências, nos permite entender como a memória é fluida, se reconstrói constantemente e é plasmada pelo contexto social, cultural e histórico, marcando sua relação entre individualidades e coletividades. Portanto, *estamos em um campo no qual distintos conceitos de “memória” se instituem como epicentro de sérias disputas pela possibilidade de operar com a noção de representação*. A construção da imagem de distintas culturas e, mesmo, indivíduos e sua demanda contemporânea por revisão revela uma batalha surda que, sob a tutela da “autoridade institucional”, busca romper com o sistemático processo de invisibilidade de inúmeros grupos culturais, povos, nações e seus modos de vida, expressões estéticas e religiosas sob o argumento do tido como verdadeiro, real, correto, bom, belo, mas sobretudo, das grandes matrizes do pensamento identificadas nos processos das chamadas história, ciência, civilização... (Bottallo, 2025 - destaques meus).

A memória está no centro de uma disputa de construção de imaginários, representações, narrativas de passado, possibilidades de presente e construção de horizontes de futuro. Porém, há uma assimetria das forças em disputa. Edgardo Lander (2005) identifica obstáculos nesta formulação de alternativas à racionalidade neoliberal/colonial na contemporaneidade. Para ele, isso se deve a um processo de naturalização das relações sociais, que postula o neoliberalismo como única ordem social possível. Lander opera um esforço teórico de desconstrução do caráter natural e universal do liberalismo, ao identificar e analisar dois processos imbricados que ocorreram ao longo dos séculos: uma série de separações e hierarquizações; e a produção de uma forma de articular saber e poder.

Seguindo o autor, o pensamento ocidental se constrói a partir de múltiplas e sucessivas separações e hierarquizações: 1) religiosa - a tradição judaico-cristã separa sagrado, humano e natureza (o que permite ao homem dominar e explorar a natureza); 2) ontológica - o Iluminismo separa corpo x mente, mundo x razão (recolocando a separação religiosa, com a razão no lugar de Deus; 3) do conhecimento - a partir da possibilidade de produção desse conhecimento objetivo, foram desenvolvidos métodos e técnicas, criando uma especialização e uma forma única (*a certa*) da produção de conhecimento. Esse processo produz uma nova separação, entre o saber do senso comum e o conhecimento de especialistas (ciência moderna/direito/arte); e 4) da construção



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268838, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268838>

subjettiva - desde o contato colonial, a Europa foi se construindo como moderna e, simultaneamente, produzindo os outros como “primitivos”, “bárbaros”, “selvagens”, “atrasados” etc.

O colonialismo funda (ou aprofunda) tais separações e hierarquizações, inaugurando relações objetivas e subjetivas, materiais e imateriais. E, segundo Lander, ao fazê-lo, instaura um “universalismo excludente” manifestado no ordenamento jurídico e na narrativa histórica, que exclui toda forma de funcionamento, pensamento, enunciação, organização e existência diferente da eurocêntrica.

Por ser incapaz de considerar a diferença, o colonialismo limita seu olhar para o Outro em deformações que ele mesmo produz (e impõe ao Outro como características). Stuart Hall (2016) analisa profundamente esse processo ao tirar a representação do lugar de uma prática objetiva e universal, e entendê-la como processos culturais que constroem sentidos e significam experiências e relações. O autor traz para sua análise as dimensões de poder envolvidas nesses processos.

Hall se debruça sobre fatos do repertório de representação que produziram a diferença racial e deram sentido ao Outro racializado no imaginário ocidental. Para ele, houveram três momentos importantes que originaram as representações populares, baseadas na marcação da diferença racial: o contato entre comerciantes europeus e os reinos de África fonte de escravizados, entre os séculos XVI e XIX; a colonização de África e a partilha neoimperialista da Conferência de Berlim, no século XIX; as migrações de cidadãos de ex-colônias para a Europa e América do Norte pós-Segunda Guerra Mundial.

Aqui, novamente, a memória da colonialidade é tensionada. Como Jéssica Lemos, Hall aponta para a produção de uma corrosão na narrativa colonial. Segundo sua tese, a publicidade popularizou grandemente o projeto imperial, fortalecendo a narrativa colonial no imaginário popular. A “aventura colonial” em África produziu heróis europeus e africanos desumanizados, amplamente divulgados pela propaganda, conforme Anne McClintock (2010), citada por Hall: “nenhuma outra forma de racismo organizado havia conseguido alcançar tantas pessoas diferentes de uma população até então” (McClintock *apud* Hall, 2016, p. 165). Hall analisa esse movimento materializado nos anúncios de sabão e mostra, uma vez mais, como alguns apagamentos são necessários para a sustentação do discurso colonial



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268838, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268838>

O sabão simbolizava esta “racialização” do mundo interno e a “domesticação” do mundo colonial. Por sua capacidade de limpar e purificar, o sabão adquiriu, no mundo da fantasia da publicidade imperial, a qualidade de um objeto de fetiche. Aparentemente, ele tinha o poder de tornar branca a pele negra e eliminar de casa a fuligem, a sujeira e o pó das favelas industriais e seus habitantes - os pobres sujos. Ao mesmo tempo, conseguia manter limpo e puro o corpo britânico nas zonas de contato racialmente poluídas “lá” no Império. No processo, entretanto, o trabalho doméstico das mulheres era muitas vezes silenciosamente apagado (Hall, 2016. p.166).

Os apagamentos operados pela colonialidade, como esse apontado por Hall, invisibilizam histórias, pessoas, narrativas, saberes, experiências etc. Diversas autoras e autores (Hall, 2016; Hartman, 2020; Dussel, 1993; Brand, 2001 entre outras/os) denunciam os limites do arquivo produzido nesse contexto, já que são muitas as experiências e formas de vida não representadas. É o que discutiremos na próxima seção.

3.2 Limites do arquivo colonial

Para tratarmos de arquivo, é necessário pensar nas fontes. O que pode ser considerado uma fonte? Marilúcia Bottallo (2025) reflete sobre isso em artigo para a Fundação Bienal de São Paulo:

Tal estado de coisas marca procedimentos associados às instituições de salvaguarda, mas, usualmente, mascara-se ou nem sequer coloca em questão uma necessária reflexão sobre aquilo que deve - ou não - ser preservado como fonte e, antes mesmo, como entender a própria noção de fonte. A ideia de “seleção” faz parte obrigatória dos processos de consolidação de memórias. No entanto, tal processo não é “natural” e muito índices de memórias individuais e coletivas sofrem contínua obliteração, pois as fontes mesmas foram e seguem sendo dispersas, sobretudo se considerarmos apenas determinados modelos de preservação. Sua perspectiva de reconstituição precisa levar em conta outras metodologias que devem superar as concepções mais tradicionais de história que priorizam os documentos escritos como matrizes de referência (Bottallo, 2025).

Para o historiador e poeta malinês Hampâté Bâ, a colonialidade impôs a precedência da escrita sobre a oralidade, o que invalidou a memória da oralidade, transformando os povos sem escrita em povos sem memória ou, no limite, povos sem cultura. Esse processo colaborou para justificar a narrativa de necessidade de colonização destes povos de tradição oral. De acordo com este argumento, o registro escrito teria maior objetividade do que a oralidade, o que lhe conferiria



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268838, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268838>

maior validade. Bâ questiona este entendimento, dizendo que o registro escrito é tão subjetivo quanto o registro oral, pois, da mesma forma, trata-se de um testemunho de alguém: “Testemunho, seja escrito ou oral, no fim não é mais que testemunho humano, e vale o que vale o homem” (Bâ, 2010, p.168).

Faz-se relevante, aqui, um ponto: se a fonte válida de produção de arquivo é a escrita, a história é sempre contada a partir da posição daqueles que sabem escrever, ou seja, a memória é produzida a partir daqueles que ocupam as posições de poder. A história torna-se a memória do poder, o arquivo guarda as narrativas do poder.

Saidiya Hartman, professora da Universidade de Columbia, Estados Unidos, é uma grande referência nesse debate. Em *Vênus em dois atos* (2020), Hartman parte de um documento histórico que relata o processo judicial relativo ao assassinato de duas garotas negras em um navio negreiro, para pensar sobre os limites do arquivo - especialmente no que se refere à memória de populações minoritizadas historicamente. Para ela, o arquivo não fornece relatos das vidas, mas “cataloga as afirmações que autorizam” as mortes (Hartman, 2020, p.27). Reforço: a história torna-se a memória do poder.

Hartman interroga o arquivo em sua parcialidade, ressaltando o que fica de fora, sublinhando o fato de que a produção do arquivo é inseparável do jogo de poder no qual ele é constituído. E aponta uma consequência funesta desta relação: “A violência irreparável do tráfico atlântico de escravos reside precisamente em todas as histórias que não podemos conhecer e que nunca serão recuperadas.” (Hartman, 2020, p.30)

3.3 A potência de recordar: fabulação crítica e rasura como atos de memória

Ngugi Wa Thiong’o, escritor queniano, considera a influência do arquivo colonial na produção das memórias individuais e coletivas. Para ele, a memória media a nossa relação com a natureza, com o Outro e com nós mesmos. Somos produzidos por nossas memórias, que nos situam em nossa existência. As memórias têm papel fundamental na constituição das subjetividades. A colonialidade substitui as memórias dos colonizados pelas memórias dos colonizadores, fraturando tal produção subjetiva. Thiong’o relaciona as palavras do inglês *dismember* e *remember*: o



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268838, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268838>

desmembramento das subjetividades causado pela colonialidade é remediado com a força reconstrutora da memória. Assim, as memórias devem ser reconhecidas, reestabelecidas e respeitadas.

Saidiya Hartman num movimento semelhante, entende o apagamento das memórias como ato de violência colonial e o cuidado da memória como movimento de resistência, em favor da vida. A partir da lacuna de memórias provocada pela colonialidade, Hartman constrói a ideia de *fabulação crítica*, um conceito-prática que tensiona a objetividade de qualquer arquivo: a fabulação crítica põe em xeque a objetividade e a transparência das fontes históricas, revelando o caráter subjetivo e ficcional destas construções. Ao produzir um outro tipo de narrativa histórica, no qual a hierarquia entre os falantes é desfeita, Hartman busca recontar a História a partir de outros pontos, que não sejam apenas os do poder, estreitando a distância entre passado e presente, para, por fim, poder produzir outras imagens de futuro. Nas palavras de Hartman, a fabulação crítica "é uma História de um passado irrecuperável; é uma narrativa do que talvez tivesse sido ou poderia ter sido; é uma História escrita com e contra o arquivo." (Hartman, 2020, p.30)

A ideia de Hartman de explorar a transparência das fontes como uma ficção da História pode ser aproximada do pensamento de Édouard Glissant (1990), quando ele reivindica o direito à opacidade como condição de existência da diferença. A opacidade, segundo o martinicano, pode fundamentar as relações livres, em condições de equidade (e não de igualdade, porque não se quer o Mesmo, mas os diferentes em possibilidade de reconhecimento mútuo). Nas palavras de Glissant

Que a opacidade funde um Direito, aliás, seria esse o sinal de que ela entrou a dimensão do político. (...) Estas garantias políticas seriam felizmente contidas em seus transbordamentos pelo sentimento, não da inutilidade de tudo, mas dos limites da verdade absoluta. (...) Como conciliar a radicalidade inerente a toda política com o questionamento necessário para toda relação? Somente concebendo que *é impossível reduzir quem quer que seja a uma verdade que ele não tenha gerado de si mesmo*. Ou seja, na opacidade de seu tempo e de seu lugar. A pólis de Platão é para Platão, a visão de Hegel, para Hegel, a vila do griô, para o griô. Não é proibido vê-las em confluência, sem confundi-las em magna ou reduzi-las uma à outra. É também que essa mesma opacidade anima qualquer comunidade: aquilo que nos reuniria para todo o sempre, singularizando-nos para a eternidade. O consentimento geral às opacidades particulares é o mais simples equivalente da não barbárie (Glissant, 2021, p.224-225. Destaques meus).



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268838, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268838>

Assim, reconhecer a artificialidade da transparência do arquivo, bem como garantir o direito às opacidades particulares são atos que podem assegurar que o padrão colonial de existência não seja a única forma reconhecida de existência ou que essa seja a única história a ser contada, expandindo os limites do arquivo colonial.

Ana Maria Gonçalves, escritora brasileira e primeira mulher negra a integrar a Academia Brasileira de Letras, fez um movimento em sentido semelhante ao de Thing'o e Hartman ao escrever “Um defeito de cor”. O livro combina ficção à uma pesquisa documental extensa para narrar a história de Kehinde (personagem ficcional) - mulher negra sequestrada em África quando criança e trazida para trabalhar na Bahia como escravizada -, muito inspirada na trajetória de Luiza Mahin (personagem histórica) - grande articuladora das revoltas de escravizados na Bahia do século XIX. Sobre esse processo, Gonçalves diz:

Precisamos trazer nossas vozes para reconstruir. Eu falo que me interessa a fissura. E acho que estamos nesse momento de fissura. Kitsungi, a arte japonesa, é uma metáfora de onde eu quero trabalhar, sobre o que eu quero falar. Quando a cerâmica quebra, eles fazem uma mistura de laca com pó de ouro e colam aquilo, deixando muito visível que a colagem aconteceu. Esse, para mim, é o papel do artista contemporâneo. É aquele que cola, liga, mas não faz desaparecer. Permanece ali como incômodo, como trauma, como relevo. Ele não se incorpora ao tecido mais. Na verdade ele é a marca de que aquelas rupturas aconteceram. Estamos em um momento quando algo se quebrou. Está falido. O sistema de governo que funciona no Brasil há séculos se mostrou falido, quebrado. E não me interessa ser assimilada em uma sociedade racista, machista, homofóbica. Eu não quero me confundir com essa sociedade. Eu quero ajudar a criar um novo modelo de sociedade, que parta da fissura, do quebrado. É interessante notar que, na arte japonesa, a fissura valoriza o objeto que se quebrou. Depois de ser restaurado com pó de ouro, o objeto é mais valioso. Nossas vozes e nossas ideias são pó de ouro (Gonçalves, 2017).

Gonçalves reforça um ponto importante nesse ato de expansão do arquivo: é essencial uma produção que não apague ou ignore as marcas do passado colonial, mas que as considere como fundantes de um tempo presente no qual ainda há muito o que se construir, já que “(...), no espaço do intervalo, entre tarde demais e cedo demais, entre o não mais e o ainda não, nossas vidas são contemporâneas com a da garota no projeto ainda incompleto da liberdade.” (Hartman, 2020, p.32)

Outra autora que produz seu trabalho levando em conta as marcas do passado atualizadas no presente é raquel lima. raquel pensa a relação entre existência e apagamento a partir da declamação no slam, que alça o corpo à posição de arquivo, responsável pela produção de uma nova



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268838, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268838>

historiografia. A obra *Rasura*, vídeo produzido em 2021 na Ilha de São Tomé (Golfo da Guiné), é alicerçado na relação entre poesia e processos de exclusão e apagamento. A partir das construções coloniais abandonadas na ilha após os processos de independência, lima registra essas ruínas que insistem em permanecer como vestígios, assegurando essa história. A artista propõe a ideia de *rasura* como referência aos movimentos de resistência concomitantes às tentativas de apagamento colonial. A *rasura*, como a fabulação crítica, pode ser um caminho de reestruturação do arquivo, de reconstrução de possibilidades, de produção de novos mapas que possam nos orientar.

3.4 Currículos, memórias e representação

Nas sociedades modernas ocidentais, a escola é a instituição por excelência de transmissão da cultura e dos modos de vida e, por isso, pode funcionar como um veículo de expansão do pensamento colonial. O sujeito formado pela escola enquanto projeto da modernidade, nos moldes de sujeito moderno, se constrói a partir da negação do Outro e não na relação com o Outro, nutrido por uma *dieta unilateral de saberes*, na formulação de Carolina Tamayo (2017). O currículo moderno, como o conhecemos, pode ser um lugar de não reconhecimento de corpos, trajetórias e saberes, pode ser, assim, um lugar de não-representação, de não-pertencimento. Neste sentido, o campo de estudos do currículo torna-se um locus de produção importante para o projeto decolonial. Segundo Silva (2010), o currículo “representa uma prática cultural que expressa e dá significado ao projeto político dominante. O currículo (...) é antes de tudo uma aposta e uma disputa ética, moral e política.” (Silva *apud* Rosa, 2016, p.691)

Silva (2012) concebe o currículo como trajetória formativa, já que o objetivo desse instrumento pedagógico é transformar as pessoas que passam por ele. O autor recupera a etimologia da palavra currículo (do latim *curriculum*) “que significa “pista de corrida”, ou seja, segundo Silva “no curso dessa corrida que é o currículo, acabamos por nos tornar o que somos” (Rodrigues, 2012, p.16). Assim, a questão central de qualquer teoria do currículo é a definição do que deve ser ensinado e os processos pelos quais isso acontecerá, já que essa será a base da pista de corrida a ser percorrida pelas/os estudantes em formação.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268838, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268838>

É importante pensar o currículo desde uma abertura que o entenda para além de um documento escolar, mas como trajetória através da qual se constroem subjetividades. Os currículos são inventados em cada vida (e por cada vida) e essas produções tensionam e rasuram o Currículo Escolar Oficial. Como diz José Ricardo (2020), um dos educadores com quem conversei durante minha pesquisa, currículos produzem *possibilidades de existência*, constroem *perspectivas para ver o mundo pela própria visão*

Quando eu penso que eles [movimentos sociais] educam neste sentido - e aí eu já estou incluindo muito da teoria bem mais contemporânea, que é a perspectiva pós-colonial e decolonial -, é no sentido de ver que o currículo constrói as condições para que se construa sujeitos. A perspectiva de permitir uma literaturalização do sujeito. Então, se você literaturaliza o sujeito, você cria condições para formulação de outros tipos de sujeito, ou para o descentramento do sujeito ocidental. (...) O que os movimentos sempre fizeram, principalmente os culturais, nesse sentido, foi sempre tentar tornar verdade um tipo de sujeito: o sujeito negro no sentido geral. Então, ele ensina, né? (...) É construir a perspectiva de ver o mundo pela própria visão, sem que isso seja visto como uma mentira para ele e para os outros. Então, o currículo vai virar central daí para frente. (...) Se você reduz a distância - porque para nós é central reduzir a distância entre o dentro e o fora -, então se você reduz essa distância, permite que você possa trazer esse mestre para dentro da escola, para que ele possa estar dentro da comunidade escolar, fazendo parte da comunidade, mas ele se torna alguém que é verdade para ele também, então é no sentido de criação, de uma pessoa que ajuda a criar as condições para a construção da ideia de eu, do descentramento no sentido de ver a si mesmo, ele educa quando ajuda na produção da visão do eu. Pelo menos é assim que eu penso (José Ricardo, 2020).

Por ser um lócus de disputa, o currículo ocupa uma posição pendular na escola: pode tanto ser um espaço de apagamento quanto um território rasurado, depende da forma como o praticamos. É essencial garantir que as alunas e alunos (e todas/os na escola) possam ver o mundo a partir de suas próprias visões.

4. Considerações Finais

Como dito, a memória é um elemento fundante das subjetividades, capaz de localizar e posicionar os sujeitos em relação ao mundo, aos Outros e à própria história e o apagamento colonial das memórias cria lacunas que podem fazer com que os sujeitos se sintam desorientados e perdidos (em relação ao mundo, aos Outros e a si próprios). Recuperando a afirmação de Glissant, é impossível reduzir alguém a uma verdade que essa pessoa não tenha produzido sobre si.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268838, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268838>

Assim, os movimentos da fabulação crítica e da rasura, apresentados nas seções anteriores, são formas de resistência às tentativas coloniais de apagamento e caminhos de expansão do arquivo colonial, maneiras de enriquecer o arquivo com outras verdades que cada um possa contar de si (ou fabular de seu passado desconhecido), de forma a produzir e permitir outras memórias e registros. Tal ampliação do arquivo atua diretamente nas possibilidades de representação, o que é fundamental para que o sujeito possa “se tornar verdade para si mesmo” ou possa “ver o mundo pela própria visão.”

Para que esse processo se realize no contexto do currículo e da escola, é necessário considerar os contextos, conhecer os territórios de atuação, acolher as histórias do lugar e das pessoas, valorizar os saberes, reconhecer os sabedores. As pessoas precisam poder ver o mundo pela própria visão, e encontrar na escola o respaldo para isso. A escola pode ser um lugar de fortalecimento e cabe a nós fazer valer essa potência.

Referências

BÂ, Amadou Hampâté. A tradição viva. IN: KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África I: metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010. p.167-212.

BARDI, Julia. **No corte do facão: confabulações decoloniais em educação menor**. Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2024.

BARDI, Julia. A gente aparece nas histórias que conta: narrativas e potência descolonial. **Revista Estudos Anarquistas e Decoloniais**, v.5, n.8, 1o semestre 2025.

BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza. Pesquisa formação narrativa (auto) biográfica: trajetórias e tessituras teórico-metodológicas. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; CUNHA, Jorge Luiz da; VILLAS BÔAS, Lúcia (Orgs.). **Pesquisa (auto)biográfica: diálogos epistêmico-metodológicos**. Curitiba: Editora CRV, 2018. p.65-81.

BRAND, Dionne. **Um mapa para a porta do não retorno: notas sobre pertencimento**. Rio de Janeiro: A Bolha, 2022. 265p.

BOTTALLO, Marilúcia. **Arquivos ‘vivos’ e a memória que se reconstrói**. Bienal, 13 de maio de 2025. Disponível em <https://bienal.org.br/arquivos-vivos-e-a-memoria-que-se-reconstroi/>. Acesso em 1/9/2025.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268838, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268838>

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

GLISSANT, Édouard. **Poética da relação**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

GONÇALVES, Ana Maria. **Entrevista com Ana Maria Gonçalves**. *Revista CULT* n.229, novembro/2017.

GROSFOGUEL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. *Contemporânea*, v.2, n.2, p.337-362, jul.-dez. 2012.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Apicuri/Puc Rio, 2016.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. *Revista Eco-Pós - Dossiê Crise, Feminismo e Comunicação*, v.23, n.3, p.12-33, 2020.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. IN: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas*. Coleção Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro/2005. p.8-23.

LIMA, raquel. **Rasura**. 35ª Bienal de Arte de São Paulo – Coreografias do Impossível. São Paulo: set./dez.2023.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. IN: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p.27-53.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade - o lado mais escuro da modernidade. *RBCS*, v.32, n.94, 2017. p.1-18.

MONCAYO, Victor Manuel. Presentación. Fals Borda: hombre hicotea y sentipensante. IN: FALS BORDA, Orlando. **Uma sociologia sentipensante para America Latina**. Bogota: Siglo del Hombre Editores y CLACSO, 2009.

RODRIGUES, Daniel Santini. **A filosofia no currículo do ensino médio: aspectos discursivos nos documentos oficiais**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco. Itatiba, SP, 2012. 118p.

ROSA, Francis Mary Soares Correia da. A literatura menor em Deleuze e Guattari: por uma educação menor. **Educação**, v.41, n.3, set./dez.2016. p.685-696.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268838, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268838>

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010. 156p.

SIMAS, Vanessa França; PRADO, Guilherme do Val Toledo; SEGOVIA, Jesús Domingo. Tornar-se professora: o saber da experiência na pesquisa narrativa. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v.04, n.12, p.991-1004, set./dez.2019.

SOUZA, Beatriz; GURGEL, Julia; ANDRADE, Nivea. Com as juventudes: conversas como metodologia de pesquisa e uma aula como conversa. **XV Enecult** - encontro de estudos multidisciplinares em cultura, ago/2019, Salvador/BA. p.1-12.

TAMAYO-OSORIO, Carolina. A colonialidade do saber: um olhar desde a Educação Matemática. **Revista Latinoamericana de Etnomatemática**, 10(3), p.39-58, 2017, Nariño-Colômbia.

THIONG'O, Ngũgĩ wa. **Memories of who we are**. Youtube, 13/10/2015. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=AYP9sJvDcYE>. Acesso em 20/10/2025.

THIONG'O, Ngũgĩ wa. **Why Africans hate their own languages**. Diaspora Connect: Ep.23. Youtube, 25/4/2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=tnF6XdOh5HY>. Acesso em 20/10/2025.

Recebido em 30 de novembro de 2025.

Aprovado em 04 de dezembro de 2025.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, e268838, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.268838>